

Faturamento com Taxas de Processamento de Artigos (APC): análise com revistas brasileiras com indícios de más práticas editoriais

Revenue from Article Processing Charges (APC): analysis of Brazilian journals with indications of poor editorial practices

Facturación con Tasas de Procesamiento de Artículos (APC): análisis con revistas brasileñas con indicios de malas prácticas editoriales

Phillipe de Freitas Campos

Universidade de Brasília (UnB), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, Brasil

João de Melo Maricato

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil

Fábio Lorensi do Canto

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, Brasil

ORIGINAL

Resumo

Objetivo. Analisar o faturamento gerado pela cobrança de Taxas de Processamento de Artigos (APCs) em revistas brasileiras com indícios de más práticas editoriais, a partir de dados de estudos anteriores. **Método.** Adotou-se abordagem exploratória, com metodologia quali-quantitativa. Os dados foram coletados nos sites das revistas e complementados com informações da OpenAlex. **Resultados.** Todas as revistas analisadas exigem o pagamento de APCs, sem políticas de isenção. O faturamento variou de R\$ 62.000,00 / US\$ 11.356,63 a mais de R\$ 17.000.000,00 / US\$ 3.130.430,35, indicando receitas substanciais e crescentes. **Conclusões.** Algumas revistas se consolidaram como modelos de negócio, explorando o Acesso Aberto e a avaliação científica para publicar grandes volumes de artigos mediante pagamento de APCs. O cenário reforça a urgência de discutir práticas editoriais predatórias e seus impactos na equidade e na qualidade da comunicação científica.

Palavras-chave: práticas editoriais predatórias, comunicação científica, revistas científicas, taxa de processamento de artigo (APC)

Abstract

Objective. To analyze the revenue generated by the collection of Article Processing Charges (APCs) in Brazilian journals with indications of poor editorial practices, based on data from previous studies. **Method.** An exploratory approach with a qualitative-quantitative methodology was adopted. Data were collected from journal websites and supplemented with information from OpenAlex. **Results.** All journals analyzed require APC payments, with no fee waiver policies. Revenue ranged from R\$ 62,000.00 / US\$ 11,356.63 to over R\$ 17,000,000.00 / US\$ 3,130,430.35, indicating substantial and growing income. **Conclusions.** Some journals have consolidated themselves as business models, leveraging Open Access and scientific evaluation to publish large volumes of articles through APC payments. The scenario reinforces the urgency of discussing predatory editorial practices and their impact on equity and the quality of scientific communication.

Keywords: predatory editorial practices, scientific communication, scientific journals, article processing charges (APC)

Resumen

Objetivo. Analizar la facturación generada por el cobro de Tasas de Procesamiento de Artículos (APCs) en revistas brasileñas con indicios de malas prácticas editoriales, a partir de datos de estudios anteriores. **Método.** Se adoptó un enfoque exploratorio con metodología cuali-cuantitativa. Los datos se recopilaban en los sitios web de las revistas y se complementaron con información de OpenAlex. **Resultados.** Todas las revistas analizadas exigen el pago de APCs y no presentan políticas de exención. La facturación osciló entre R\$ 62.000,00 / US\$ 11.356,63 y más de R\$ 17.000.000,00 / US\$ 3.130.430,35, lo que indica ingresos sustanciales y crecientes. **Conclusiones.** Algunas revistas se han consolidado como modelos de negocio, aprovechando el Acceso Abierto y la evaluación científica para publicar grandes volúmenes de artículos mediante el pago de APCs. El escenario refuerza la urgencia de debatir las prácticas editoriales depredadoras y sus impactos en la equidad y la calidad de la comunicación científica.

Palabras clave: malas prácticas editoriales, comunicación científica, revistas científicas, tasas de procesamiento de artículos (APC)

1 Introdução

Com o passar dos anos, o processo formal de comunicação científica tem se adaptado às diversas formas de certificar e registrar o conhecimento produzido nas instituições de ensino e pesquisa. Ao se considerar os aspectos históricos que levaram a comunidade científica a modificar a forma de comunicação entre seus pares (e também com seus ímpares), destacam-se momentos de mudanças disruptivas, tais como: a) a invenção da impressão tipográfica de Gutenberg no século XV; b) a institucionalização dos colégios invisíveis e das sociedades científicas; c) a criação das primeiras revistas científicas e o subsequente aumento em seu número; d) a institucionalização e o crescimento das editoras comerciais; e) a introdução das tecnologias de comunicação e informação; f) a transformação do processo editorial em formato impresso para o formato eletrônico, entre outros (Santos-D'Amorim, 2021).

Tais momentos introduziram novos aspectos e práticas para os cientistas e demais atores envolvidos no processo de comunicação científica, exigindo novas abordagens. Um dos momentos recentes que mais impactaram o fazer científico foi a crise de periódicos no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Nesse período, pesquisadores, instituições, associações científicas e demais envolvidos perceberam que a cobrança de taxas de assinatura de revistas de grandes editoras científicas não era sustentável, principalmente quando associada ao fato de que o conhecimento veiculado por essas revistas geralmente já era financiado pelo Estado (Mueller, 2006).

Nesse cenário, emerge o Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica (MAA), que preconiza o acesso livre e irrestrito à produção científica mundial, sem qualquer tipo de restrição além do próprio acesso à internet (BOAI, 2002). A Budapest Open Access Initiative (BOAI) é tida como a "pedra fundamental" desse movimento, pois estabelece as premissas e bases do Acesso Aberto. A BOAI e demais Declarações que dela derivaram foram cristalinas no que diz respeito à democratização do acesso à informação científica. No entanto, a partir do momento em que a comunidade científica adere à BOAI e se contrapõe às taxas de assinatura anteriormente cobradas por editoras comerciais, estas percebem os seus negócios ameaçados e reinventam os seus modelos de negócios. Em resposta, diversas editoras passaram a oferecer acesso flexível a suas coleções, mediante o pagamento de taxas de publicação por parte dos autores. Esse modelo, conhecido como Taxa de Processamento de Artigo (*Article Processing Charge* - APC), foi detalhado por Haustein et al. (2024).

As problemáticas relacionadas à cobrança e ao pagamento de taxas de APC são numerosas. No entanto, para os fins deste estudo, é importante reconhecer sua existência. Ao correlacionar esse fato com as exigências do meio acadêmico, foi criado um ambiente favorável para que editoras comerciais explorem ainda mais as revistas científicas (Cortegiani et al., 2020; López-Cózar & Martin-Martin, 2024). Nesse contexto, surgiram publicações que adotaram práticas conhecidas como "predatórias", termo cunhado por volta de 2008 pelo bibliotecário norte-americano Jeffrey Beall. Incomodado ao receber uma grande quantidade de mensagens eletrônicas de revistas convidando à publicação de artigos de forma rápida mediante o pagamento de Taxas de APC, Beall decidiu compilar e divulgar uma lista de revistas com práticas e características semelhantes. A partir dessa iniciativa, surgiu um espaço para uma série de estudos sobre a interferência dessas revistas no cenário da comunicação científica mundial (Oliveira, 2017).

Com o intuito de dar continuidade a estudos nesta temática, o presente trabalho visa analisar o faturamento obtido por meio da cobrança e pagamento de Taxas de APC em revistas brasileiras com indícios de más práticas

editoriais. É importante salientar que este estudo não emite julgamentos a respeito das publicações avaliadas, mas emprega metodologias consagradas na literatura para categorizar as publicações segundo indícios de práticas não recomendadas na editoração científica.

Para tanto, será utilizada uma metodologia de caráter quali-quantitativo e descritivo, por meio da coleta de dados nos próprios sites das revistas e complementados com dados da base de dados *OpenAlex*, proporcionando, assim, análises mais aprofundadas sobre esse fenômeno na comunicação científica nacional.

2 Referencial Teórico

As revistas científicas constituem um dos principais canais de comunicação científica. Originadas no século XVIII, as revistas científicas são utilizadas por praticamente todas as áreas do conhecimento para a publicação dos resultados de pesquisas das mais variadas naturezas. A razão de ser das revistas científicas é tema de análise de López-Cózar e Martin-Martin (2024), que refletem sobre as origens desses canais de comunicação e sua importância no processo de certificação do conhecimento científico.

[...] as revistas tornaram-se não apenas o principal veículo de comunicação da Ciência, mas também serviram como meio para legitimar e certificar que os conhecimentos difundidos seguem os padrões da metodologia científica. Nesse contexto, o nascimento das revistas científicas responde exclusivamente às necessidades que regem a dinâmica própria do conhecimento: a especialização constante conduz à divisão e subdivisão dos ramos científicos em disciplinas, especialidades, subespecialidades e domínios temáticos em contínua mudança e evolução (López-Cózar & Martin-Martin, 2024, p. 3, tradução nossa)

O acúmulo de publicações em diferentes revistas científicas impacta diretamente e de maneira objetiva a carreira profissional dos pesquisadores, sendo as revistas científicas uma espécie de mecanismo regulador desse processo. Nesse sentido, Costa (2018) aborda, com base em conceitos sociológicos de Pierre Bourdieu, o capital científico proveniente das revistas. Segundo a autora, o ato de publicar em um periódico científico se insere no contexto do campo científico, atuando como um elemento que, simultaneamente, define o *habitus* do campo e carrega um significativo capital simbólico (Costa, 2018, p. 66). Ainda que o capital simbólico seja uma das principais moedas de troca da academia, há diversos outros fatores que estimulam esse produtivismo acadêmico. Tal fenômeno é estudado por diversos autores, que apontam outros fatores que levam à publicação em revistas, como a disseminação de informações e conhecimentos, oportunidade de ter os trabalhos revisados e aperfeiçoados mediante o *peer review*, reconhecimento acadêmico, possibilidade de citação, cumprimento a exigências de agências de fomento, estabelecimento de propriedade intelectual etc. (Araújo & Miguel, 2017).

Em tal contexto, diversas editoras comerciais, ao reconhecerem a importância das revistas para a comunicação científica, identificaram a oportunidade de comercializar esse canal de comunicação por meio da cobrança de taxas de assinatura e/ou de processamento de artigos. Tal modelo de negócio acabou sendo replicado por diversas editoras, como Elsevier, Springer Nature, Sager, Wiley e Taylor & Francis, que obtiveram robustos faturamentos com o mercado editorial de publicações científicas (Butler et al., 2023). Em relação à reinvenção do modelo de negócio, Haustein et al. (2024, p. 2, tradução nossa) apontam que "as taxas de APC provaram ser lucrativas para as editoras, mas altamente controversas entre os pesquisadores, que lutam para pagar milhões de dólares por artigo [...]".

Os valores das assinaturas de periódicos científicos publicados por editoras comerciais apresentaram um crescimento significativo ao longo das décadas. Fladung (2007) estima que entre 1984 e 2004 houve um aumento de aproximadamente 600%, com reajustes anuais que superaram a inflação nos anos subsequentes. Além do alto custo das assinaturas, outro ponto de crítica a esse modelo é a margem de lucro das editoras comerciais, que, em média, varia entre 20% e 30% (Van Noordem, 2013).

Para se ter dimensão dessas margens, Butler et al. (2023, p. 781, tradução nossa) apontam que "em 2020, o mercado global de publicação científica foi avaliado em 26,5 mil milhões de dólares, com 9,5 mil milhões de dólares (36%) gastos em revistas acadêmicas". Os referidos autores apontam como uma das conclusões do estudo que "[...] a comunidade científica pagou às cinco grandes editoras acadêmicas incluídas na análise US\$ 1,06 bilhão em taxas de publicação em periódicos de acesso aberto, por 505.903 artigos publicados em 6.252 periódicos entre 2015 e 2018" (Butler et al., 2023, p. 786, tradução nossa).

Aprofundando o debate acerca do modelo de negócio das editoras comerciais, Canto (2018) apresenta reflexões que se alinham com as perspectivas aqui delineadas:

Tanto em periódicos comerciais quanto nos de acesso aberto há custos de publicação que precisam ser bancados. Com base nos princípios da economia livre de mercado não haveria problema algum no fato das editoras perceberem lucros nos índices apontados. Entretanto, quando o assunto é comunicação científica, não está se referindo a um produto ou serviço de consumo qualquer. O acesso à informação científica disponível em periódicos é indispensável para o desenvolvimento de países, e a privação deste conteúdo àquelas nações que não podem arcar com os custos favorece a desigualdade mundial e a perpetuação do subdesenvolvimento de determinadas regiões. Além disso, mesmo no caso dos países desenvolvidos, parte considerável das pesquisas que dão origem à publicações científicas são financiadas com recursos governamentais. Logo, esse modelo de negócio estaria favorecendo a transferência de recursos públicos para o setor privado (Canto, 2018, p. 77)

Mesmo diante das adversidades expostas, as editoras supracitadas, de forma geral, cumprem devidamente o processo científico estabelecido pela comunidade, especialmente no que diz respeito à revisão por pares. Todavia, tem sido percebido o crescimento de editoras que subvertem toda a lógica da comunicação científica visando exclusivamente a obtenção e manutenção de seus lucros. Tais editoras, e consequentemente as revistas por elas editadas, são conhecidas como "revistas predatórias" (do inglês *predatory journals*). Estudos sobre tais editoras e revistas foram iniciados por volta de 2008 pelo bibliotecário norte-americano Jeffrey Beall. Dentre as práticas observadas, destacam-se o envio frequente de e-mails para publicação de artigos (geralmente apresentados em eventos científicos), a cobrança de taxas de APC, a multidisciplinaridade das temáticas de publicação e a alta quantidade de artigos publicados em um curto período de tempo (Guimarães & Hayashi, 2023; Andrade et al., 2023).

Ademais, Have e Gordijn (2017) destacam outras particularidades acerca dessas revistas, tais como um processo de revisão por pares simplório ou inexistente, combinado com a exigência de taxas de publicação e o envio de mensagens eletrônicas para pesquisadores que, por sua vez, podem ser potenciais autores dessas revistas. Ademais, os autores também ponderam que são frequentes os convites para participação em conselhos editoriais e que as informações de contato dos sites das revistas costumam ser insuficientes. Em suma, a política prioritária dessas revistas envolve a publicação rápida de uma grande quantidade de artigos sem uma revisão por pares séria, desde que mediante o pagamento de Taxas de APC.

Ainda que tais práticas não sejam consideradas ilegais segundo o ordenamento jurídico, são eticamente questionáveis. Nesse contexto, uma questão relevante a ser considerada em termos de ética é como lidar com os artigos publicados em tais revistas. Ferris e Winker (2017) discutem tais circunstâncias, observando que determinados artigos publicados em periódicos predatórios contêm material plagiado, são potencialmente fraudulentos ou não seriam aceitos em periódicos revisados por pares. No entanto, autores que realizaram pesquisas legítimas também podem acabar publicando em periódicos predatórios, seja intencionalmente ou não.

Diante dessa dicotomia, Ferris e Winker (2017, p. 280, tradução nossa) ponderam que "um desafio para a academia é decidir como tratar as pesquisas publicadas em periódicos predatórios: considerá-las como literatura cinzenta, como preprints, ou considerá-las inválidas até que se prove o contrário?". A problemática apresentada pelos autores evidencia a complexidade do tema, que não possui respostas únicas e definitivas. Qualquer tipo de posicionamento e/ou de retratação em relação aos artigos publicados nestas revistas somente poderia ser feito por meio de análises criteriosas, qualitativas e individuais. No entanto, atitudes nesse sentido enfrentariam limitações e colocariam em xeque um dos conceitos fundamentais da comunicação científica: a confiabilidade científica (Reis & Videira, 2013).

Os debates empreendidos até o momento apresentam duas questões notavelmente controversas. De um lado, o capital científico e simbólico que o acúmulo de publicações em revistas renomadas traz aos pesquisadores. De outro, as questões éticas que envolvem as revistas com práticas editoriais predatórias. Embora tais questões possam parecer mutuamente exclusivas, outros fatores precisam ser incluídos e considerados para que o debate tome novas formas e interpretações. Nesse sentido, é imperativo reconhecer que o meio acadêmico apresenta uma série de exigências e demandas que podem não estar ao alcance dos pesquisadores.

Kurt (2018) dedicou-se a compreender as razões que levam pesquisadores a publicarem em revistas com práticas editoriais predatórias. Para tanto, realizou uma pesquisa qualitativa com os autores de 300 artigos publicados em revistas com tais características. Em seus achados, o autor revela quatro principais razões: a) ameaça à identidade social, por entenderem que seu status acadêmico está diretamente associado à quantidade de artigos que publicam; b) desconhecimento das práticas antiéticas realizadas por tais revistas; c) alta pressão por publicação por parte do universo acadêmico como um todo, incluindo as agências de fomento à pesquisa; e d) falta de habilidade no processo de pesquisa científica.

As práticas editoriais predatórias, conforme discutido por Kurt (2018), parecem ter encontrado solo fértil no Brasil, especialmente quando se considera a forma como a avaliação da produção acadêmica tem sido conduzida. A partir do final dos anos 1990, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) introduziu critérios predominantemente quantitativos no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), impactando diretamente a dinâmica de publicação dos pesquisadores e dos programas de pós-graduação (Patrus, Dantas, & Shigaki, 2015).

Diante do exposto, é possível afirmar que as editoras comerciais compreenderam a importância das revistas para o processo de comunicação científica e, por conseguinte, identificaram a Ciência como um negócio lucrativo. Ao internalizarem a lógica de que pesquisadores são avaliados, em grande medida, pelo volume de artigos que publicam, essas editoras passaram a desenvolver revistas que priorizam a publicação massiva de artigos em curto período, muitas vezes sem garantir um processo rigoroso de avaliação por pares. Como resultado, foi desenvolvido um modelo de negócio sustentado pelo pagamento de Taxas de APC, que se tornou uma das principais fontes de receita para tais publicações.

Diante do amplo cenário em que a comunicação científica se entrelaça a questões mercadológicas, éticas e de integridade da produção acadêmico-científica, torna-se fundamental evoluir o debate por meio de diferentes perspectivas de análise. Diante do exposto, a pesquisa que segue tem por objetivo analisar o faturamento proveniente da cobrança de Taxas de APC por revistas brasileiras com indícios de más práticas editoriais.

3 Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de estimar o faturamento obtido por meio da cobrança e pagamento de Taxas de APC, será feita uma estimativa do valor pago a revistas brasileiras com indícios de más práticas editoriais. Para tanto, aplicou-se uma metodologia quali-quantitativa, combinada com análises descritivas e interpretativas dos dados obtidos.

A adoção dessa metodologia de pesquisa decorre da necessidade de compreender o fenômeno de modo abrangente e multifacetado. De acordo com Bufrem (2001) e Bufrem (2021), os aspectos quantitativos e qualitativos são indissociáveis em uma parcela significativa das pesquisas científicas, uma vez que os aspectos de cada um se cruzam durante o processo investigativo. Enquanto o aspecto quantitativo permite a mensuração de dados em larga escala, o aspecto qualitativo proporciona análises interpretativas sobre os dados coletados, resultando na compreensão do objeto de estudo de modo mais holístico.

Em concordância, Creswell (2007, p. 215) considera que a integração dos métodos pode ser realizada em diferentes momentos da pesquisa, seja "[...] na coleta dos dados, na análise dos dados, na interpretação ou em alguma combinação de locais". Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2006, p. 18) complementam a discussão ao afirmar que o modelo misto "constitui o maior nível de integração entre os enfoques qualitativo e quantitativo, no qual ambos se combinam durante todo o processo de pesquisa".

Dessa forma, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram sequenciais, assim:

Passo 1: Definição do corpus da pesquisa: para compor o corpus optou-se por analisar revistas brasileiras que apresentavam indícios de más práticas editoriais. Essas revistas haviam sido previamente mapeadas no estudo de Andrade et al. (2024). O estudo utilizou apontamentos da comunidade científica brasileira para fazer um mapeamento preliminar das revistas brasileiras que apresentavam as seguintes práticas: a) constante envio de e-mails convidando à publicação de artigos; b) cobrança de taxas de APC; e c) tempo de processamento rápido dos artigos. É importante ressaltar que a ausência de análises qualitativas em diversas outras listas similares é apontada por Macháček e Srholec (2022) como uma fragilidade nos resultados de estudos sobre o tema, uma vez que não é evidenciado o motivo pelo qual as revistas foram incluídas na lista.

Passo 2: Primeira coleta de dados: com o objetivo de recuperar o valor das Taxas de APC cobradas por cada revista, foram feitas consultas individuais a cada um de seus sites no dia 24 de junho de 2024. Durante as consultas, foi possível notar que 6 das 10 revistas do corpus afirmam cobrar taxas de APC em dólar para artigos de autores internacionais. Nesses casos, foram coletados os valores em dólares e em reais. Em quatro revistas (R2, R4, R6 e R8), não foi encontrado o valor em dólar. Dessa forma, o valor em real foi convertido para o dólar, a fim de obter uma visão geral dos valores em ambas as moedas e, posteriormente, calcular o valor médio (necessário para uma das análises pretendidas). Para esta situação, foi utilizado o ChatGPT por meio dos seguintes prompts de comando, a saber:

- a) Faça a conversão de uma série de valores em real para o valor em dólar, utilizando a taxa de câmbio da data de hoje, 06/07/2024, em que 1 dólar americano equivale a R\$ 5,46"
- b) A partir da sequência de dois valores distintos, sendo um deles em real e outro em dólar, calcule o valor médio entre eles apresentando o valor final em real. Utilize para isso a taxa de câmbio da data de hoje, 06/07/2024, em que 1 dólar americano equivale a R\$ 5,46"

Passo 3: Segunda coleta de dados: o terceiro passo consistiu na segunda coleta de dados, na qual se recuperou a quantidade de artigos publicados por cada uma das revistas e presentes na base de dados OpenAlex. Para a busca das revistas, foi utilizada a interface web, que permitiu a seleção por ISSN ou título. Os dados foram extraídos em formato .csv e submetidos à análise em planilhas eletrônicas. Dada a robustez da base, para além do quantitativo de publicações, foram recuperados também dados relativos à origem geográfica dos autores, ano de publicação, idioma de publicação etc., que serviram de insumo para os resultados e discussões. É importante ressaltar que a escolha da OpenAlex como principal fonte de dados está alinhada com trabalhos similares, como o de Haustein et al. (2024).

Ainda que haja amplas possibilidades de pesquisa com a OpenAlex, é relevante ponderar que, ao se trabalhar com qualquer tipo de base de dados de informação científica, suas limitações devem ser consideradas. Para fins ilustrativos, Zhang et al. (2024) investigaram as limitações da base no que diz respeito ao metadado de instituição e identificaram que aproximadamente 60% dos artigos indexados não possuem o campo de instituição preenchido. Isso levanta a hipótese de que podem existir (e muito possivelmente existem) limitações semelhantes em outros campos. Assim, os autores apontam para o fato de que "[...] vários tipos de problemas nos dados podem ocorrer em plataformas de código aberto que coletam metadados externamente, e que esses problemas também merecem atenção" (Zhang et al, 2024, p. 21, tradução nossa).

Apesar das limitações inerentes à OpenAlex, a opção metodológica dos autores em utilizá-la como fonte primária de dados é justificada pelo caráter quali-quantitativo e estimatório do estudo, no qual a quantidade de artigos publicados e a origem geográfica dos autores constituem as principais variáveis analisadas.

A Tabela 1 sistematiza os resultados oriundos dos três passos sequenciais apresentados no âmbito dos procedimentos metodológicos. É importante observar que, embora a Tabela 1 exponha valores em real e em dólar, todas as análises apresentadas na seção de resultados e discussões serão realizadas considerando, prioritariamente, o valor em real, tendo em vista que análises com duas moedas distintas tornariam complexa a compreensão dos dados apresentados. Ressalta-se que, sempre que necessário, as conversões de moeda foram realizadas por meio do ChatGPT, a partir dos prompts de comando anteriormente citados.

Tabela 1

Valores cobrados via Taxas de APC e quantidade de artigos publicados, por revistas

Revista	Ano de Início	APC (R\$) ¹	APC(US\$) ²	Média do APC ³	Artigos OPENALEX
R1	2015	R\$ 490,00	US\$ 150,00	R\$ 654,50	25.640
R2	2006	R\$ 480,00	US\$ 87,86	R\$ 480,00	3.479
R3	2020	R\$ 685,00	US\$ 180,00	R\$ 834,14	5.763
R4	2020	R\$ 700,00	US\$ 140,00	R\$ 732,80	1.835
R5	2015	R\$ 575,00	US\$ 105,28	R\$ 575,06	3.157
R6	2008	R\$ 650,00	US\$ 118,28	R\$ 650,10	6.876
R7	2020	R\$ 320,00	US\$ 64,00	R\$ 334,72	179
R8	2014	R\$ 750,00	US\$137,36	R\$ 750,00	791
R9	2010	R\$ 790,00	US\$ 400,00	R\$ 1.487,00	2.006
R10	2019	R\$ 400,00	US\$ 100,00	R\$ 473,00	840

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Andrade et al. (2024), com adaptações e complementações. *[Descrição da tabela]* Tabela intitulada “Valores cobrados via Taxas de APC e quantidade de artigos publicados, por revistas”. Apresenta uma sistematização de dados sobre dez revistas brasileiras que cobram Taxas de APC. Estão listadas as seguintes informações para cada revista: ano de início de publicação, valor da APC em real (R\$) e em dólar americano (US\$), média estimada da APC em real (considerando os dois valores apresentados), e a quantidade de artigos publicados conforme a base OpenAlex. A ordenação segue a codificação R1 a R10, preservando o anonimato das revistas analisadas. A tabela é parte dos resultados obtidos nos três passos metodológicos do estudo. *[Fim da descrição]*.

A opção por não revelar a identidade das revistas analisadas decorre de questões de segurança jurídica para os autores da pesquisa, considerando que a exposição direta dessas revistas poderia gerar implicações indesejadas. Para garantir o rigor metodológico e a coerência na análise, a seleção das revistas foi baseada no estudo de Andrade et al. (2023), devidamente referenciado, que adotou critérios objetivos e qualitativos para identificação de periódicos com indícios de más práticas editoriais. Ademais, os critérios aplicados e as bases de dados consultadas são detalhadamente descritos no decorrer do artigo, garantindo transparência metodológica e permitindo que pesquisas futuras ampliem e aprofundem essa abordagem, se necessário.

Passo 4: Análise qualitativa dos dados: após a coleta e o tratamento dos dados, é necessária uma análise qualitativa para aprofundar a compreensão dos resultados e contextualizá-los à luz da literatura científica. Nessa etapa, os resultados serão analisados e discutidos à luz da literatura científica e das práticas editoriais das revistas que compõem o corpus. Tal análise também possibilitará a compreensão dos dados obtidos em um cenário mais amplo, incluindo debates como produtividade, interesses comerciais, integridade e equidade científica, dentre outros.

4 Resultados

Destaca-se que todos os dados apresentados são estimativas baseadas na data de coleta. A combinação dos dados provenientes dos sítios eletrônicos das revistas (referentes aos valores das Taxas de APC) com os dados da OpenAlex (referentes ao quantitativo de artigos publicados) tornou possível a realização das estimativas. No entanto, os autores deste estudo reconhecem que apenas os próprios editores têm a capacidade de apontar os valores recebidos ao longo da trajetória das revistas com precisão.

¹ Dados coletados diretamente dos sites das revistas, em 24 de junho de 2024.

² Os dados foram coletados diretamente dos sítios eletrônicos das revistas em 24 de junho de 2024. No caso de R2, R5, R6 e R8, os valores apresentados em US\$ foram convertidos para reais, de acordo com o valor apresentado na coluna imediatamente à sua esquerda.

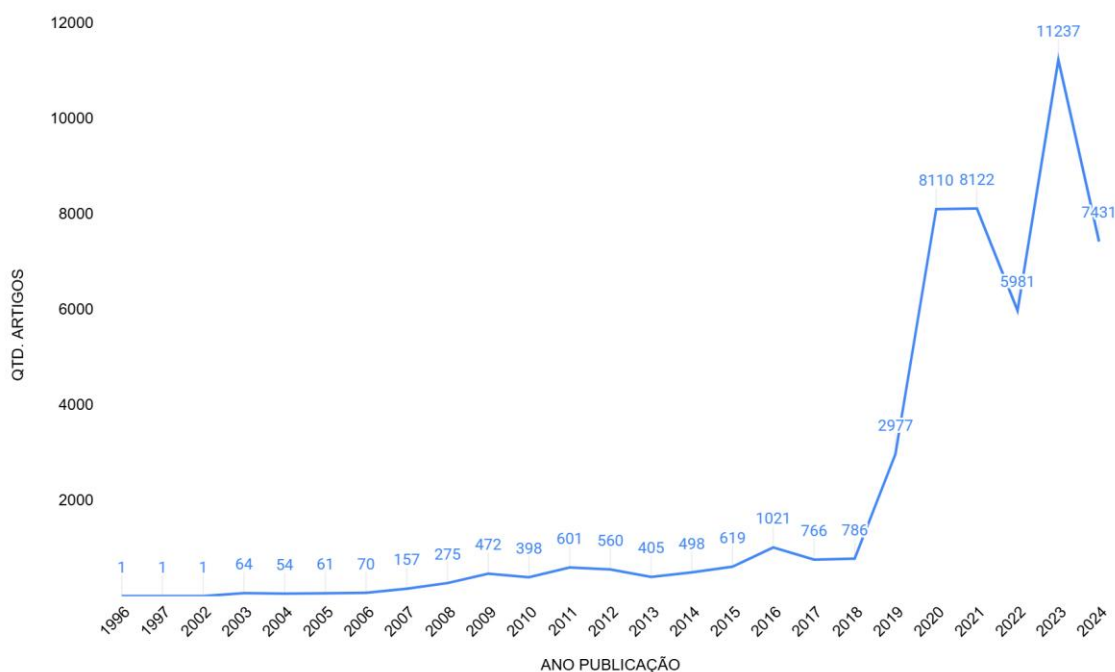
³ Dados coletados por meio da OpenAlex, em 04 de julho de 2024.

Ademais, é relevante pontuar que o fato de as fontes de dados apresentarem duas moedas distintas tornou necessária a realização de algumas conversões de moeda, posto que seria inviável qualquer tipo de estimativa com duas moedas distintas.

Com o intuito de fornecer um contexto para a investigação sobre o faturamento das revistas por meio da cobrança de taxas de APC, o primeiro resultado apresentado é o quantitativo de artigos publicados pelas dez revistas que constituem o corpus, por ano de publicação.

Gráfico 1

Quantidade de artigos por ano de publicação



Nota. Fonte: Dados da pesquisa (2024). *[Descrição do gráfico]* Gráfico de linha intitulado “Quantidade de artigos por ano de publicação”. O eixo horizontal (eixo X) representa os anos de publicação, variando de 1996 a 2024. O eixo vertical (eixo Y) indica a quantidade de artigos publicados. Cada ponto do gráfico está marcado com um valor numérico correspondente ao total de publicações no respectivo ano. Os pontos estão conectados por uma linha azul contínua, formando uma curva que demonstra a variação anual nas publicações. *[Fim da descrição]*.

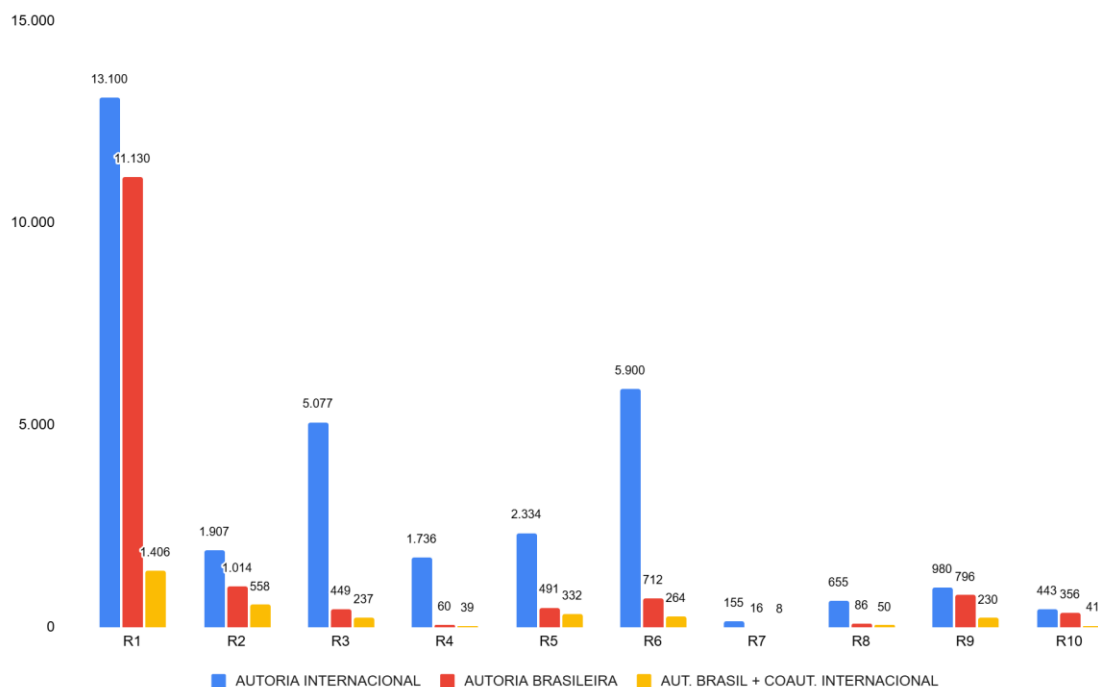
Os dados do Gráfico 1 apresentam o quantitativo de artigos publicados anualmente, considerando o conjunto total de revistas que compõem o corpus deste estudo. A análise da distribuição temporal revela um crescimento inicial discreto de 1996 até o início dos anos 2000 (somente 1 artigo nos anos de 1996, 1997 e 2002), seguido por aumentos mais expressivos a partir de 2003. A partir de 2007, observa-se um crescimento contínuo e acentuado, com mínimas oscilações negativas, como no ano de 2010. A partir de 2016, o crescimento se torna ainda mais acentuado, atingindo um primeiro pico em 2019, com quase 3.000 artigos publicados. Já nos anos de 2019 e 2020, o número de publicações quase triplicou, ultrapassando 8.000 artigos anuais, seguindo de um outro pico em 2023, com 11.237 artigos publicados, o maior número da série. Esse padrão sugere que, apesar de eventuais oscilações, a tendência geral ao longo das últimas duas décadas foi de expansão acelerada.

Destaca-se uma discrepância nos dados extraídos da OpenAlex, visto que, embora a revista mais antiga do corpus tenha iniciado suas publicações apenas em 2006, conforme destacado na Tabela 1, a OpenAlex registrou artigos supostamente publicados nos anos 1996 e 1997 (somente 1 em cada ano) e de 2002 a 2005 (totalizando 180 artigos).

O segundo resultado apresentado refere-se à origem geográfica dos autores, sintetizada no Gráfico 2.

Gráfico 2

Origem de autoria dos artigos



Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2024). *[Descrição do gráfico]* Gráfico de barras verticais intitulado “Origem de autoria dos artigos”. O eixo horizontal (eixo X) apresenta as siglas das dez revistas analisadas, identificadas de R1 a R10. O eixo vertical (eixo Y) representa a quantidade de artigos, com escala de 0 a 15.000. Para cada revista, há três barras agrupadas, cada uma representando uma categoria de autoria: a barra azul indica “Autoria internacional”, a vermelha indica “Autoria brasileira” e a amarela indica “Autoria brasileira com coautoria internacional”. As barras apresentam variações de altura conforme o número de artigos em cada categoria. A legenda, localizada abaixo do gráfico, identifica as cores e suas respectivas categorias de autoria. *[Fim da descrição]*.

O Gráfico 2 apresenta a origem geográfica dos autores dos artigos do corpus da pesquisa, dividindo-os em três categorias: “Autoria internacional”, “Autoria brasileira” e “Autoria brasileira com coautoria internacional”. Em todas as revistas que compõem o corpus da pesquisa, o percentual de artigos oriundos de autores internacionais é superior à quantidade de artigos de autores brasileiros, o que chama atenção, especialmente pelo fato de se tratarem de revistas brasileiras. Ainda que haja situações em que tais discrepâncias sejam menores, como em R7, R8 e R9, na maioria das situações essa discrepância é significativa, como em R1, R3 e R6.

Uma das hipóteses levantadas neste estudo é a de que os artigos internacionais, em virtude do pagamento em dólares, conferem maior rentabilidade às revistas, de modo que o modelo de negócio acaba sendo mais orientado a esse nicho. Todavia, análises mais aprofundadas são necessárias para compreender se tais revistas foram efetivamente criadas em território nacional, considerando que a maioria de seus títulos está em idiomas estrangeiros, notadamente o inglês e o espanhol.

A Tabela 2 apresenta o número de artigos publicados nas revistas analisadas, organizados de acordo com a origem dos autores: exclusivamente brasileiros, brasileiros com coautorias internacionais e exclusivamente internacionais. A tabela inclui também uma estimativa dos valores totais pagos em taxas de APC para cada uma dessas categorias. Esses dados permitem não apenas analisar a distribuição geográfica dos pesquisadores que publicam nas revistas, mas também as diferenças nos custos associados à publicação, evidenciando possíveis padrões no modelo de cobrança adotado por essas revistas.

Tabela 2

Quantitativo de artigos de pesquisadores brasileiros. brasileiros com coautorias internacionais e exclusivamente internacionais, com estimativa do valor pago

REV.	APC (R\$)	AUT. BRAS	PAGO (R\$)	MED. APC	AUT. BRAS + COAUT. INTER.	PAGO (R\$)	APC (US\$) ⁴	AUT. INTER.	PAGO (US\$)	PAGO (R\$)
R1	R\$ 490,00	11.130	R\$ 5.453.700,00	R\$ 664,50	1.406	R\$ 920.227,00	US\$ 150,00	13.100	\$1.965.000,00	R\$ 10.735.700,00
R2	R\$ 480,00	1.014	R\$ 486.720,00	R\$ 480,00	558	R\$ 267.840,00	US\$ 87,22	1.907	\$167.549,02	R\$ 915.635,24
R3	R\$ 685,00	449	R\$ 307.565,00	R\$ 834,14	237	R\$ 197.691,18	US\$ 180,00	5.077	\$913.860,00	R\$ 4.994.211,60
R4	R\$ 700,00	60	R\$ 42.000,00	R\$ 732,80	39	R\$ 28.579,20	US\$ 140,00	1.736	\$243.040,00	R\$ 1.328.438,40
R5	R\$ 575,00	491	R\$ 282.325,00	R\$ 575,06	332	R\$ 190.919,92	US\$104,48	2.334	\$245.723,52	R\$ 1.342.008,40
R6	R\$ 650,00	712	R\$ 462.800,00	R\$ 650,10	264	R\$ 171.626,40	US\$118,11	5.900	\$701.982,00	R\$ 3.835.053,72
R7	R\$ 320,00	16	R\$ 5.120,00	R\$ 334,72	8	R\$ 2.677,76	US\$ 64,00	155	\$9.920,00	R\$ 54.211,20
R8	R\$ 750,00	86	R\$ 64.500,00	R\$ 750,00	50	R\$ 37.500,00	US\$136,28	655	\$89.970,80	R\$ 492.006,29
R9	R\$ 790,00	796	R\$ 628.840,00	R\$ 1.487,00	230	R\$ 342.010,00	US\$ 400,00	980	\$392.000,00	R\$ 2.141.120,00
R10	R\$ 400,00	356	R\$ 142.400,00	R\$ 473,00	41	R\$ 19.393,00	US\$ 100,00	443	\$44.300,00	R\$ 242.238,00

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Andrade et al. (2024), com adaptações e complementações. *[Descrição da tabela]* Tabela intitulada “Estimativa de valores pagos via Taxas de APC e quantidade de artigos publicados, por revistas”. A primeira coluna apresenta o identificador das revistas (REV.). As demais colunas estão organizadas em três blocos principais, conforme a origem da autoria dos artigos: O primeiro bloco refere-se a artigos de autoria exclusivamente brasileira, e inclui as colunas: a) APC (R\$) – valor da taxa de publicação em reais; b) AUT. BRAS – número de artigos com autoria exclusivamente brasileira; c) PAGO (R\$) – valor total estimado pago por autores brasileiros. O segundo bloco diz respeito a artigos com coautoria entre brasileiros e estrangeiros, contendo as colunas: d) MED. APC – valor médio das APCs pagas; e) AUT. BRAS + COAUT. INTER. – número de artigos com coautoria internacional; f) PAGO (R\$) – valor total estimado pago nesse tipo de coautoria; O terceiro bloco contempla os artigos de autoria exclusivamente internacional, com as colunas: g) APC (US\$) – valor da taxa de publicação em dólares; h) AUT. INTER. – número de artigos com autoria exclusivamente internacional; i) PAGO (US\$) – valor total estimado pago em dólares; j) PAGO (R\$) – valor convertido para reais.*[Fim da descrição]*.

⁴ Os dados foram coletados diretamente dos sítios eletrônicos das revistas em 24 de junho de 2024. No caso de R2, R5, R6 e R8, os valores apresentados em US\$ foram convertidos para reais, de acordo com o valor apresentado na coluna imediatamente à sua esquerda.

Uma primeira discussão levantada é a ausência de políticas de isenção de taxas em todas as revistas do corpus, o que implica que todos os artigos publicados foram submetidos à cobrança da Taxa de APC. No entanto, não foi possível determinar precisamente qual foi o valor pago por cada artigo, portanto, o estudo apresenta-se como uma estimativa, sem a pretensão de fazer afirmações categóricas.

A Tabela 2 apresenta a estimativa do valor recebido por cada revista que compõe o corpus, estratificada por origem geográfica de seus autores. É importante ressaltar que, para os artigos de pesquisadores brasileiros com coautoria internacional, utilizou-se a média do valor da Taxa de APC. No caso de R2, R5, R6 e R8, as estimativas de pagamento oriundas de autores exclusivamente internacionais foram feitas considerando o valor em dólar convertido a partir do valor em real, uma vez que essas quatro revistas não apresentaram categoricamente esse valor.

Os dados apresentados na Tabela 2 corroboram a hipótese levantada na análise do Gráfico 2, indicando uma inclinação das revistas para artigos de pesquisadores internacionais, o que resulta em um faturamento mais elevado com Taxas de APC quando o pagamento é feito em dólar. De fato, o maior número de artigos de autores internacionais em comparação com autores brasileiros já contribui para maximizar o valor recebido por meio de pagamentos internacionais. Ademais, mesmo nos casos em que a discrepância no número de artigos de pesquisadores brasileiros e internacionais não é tão acentuada (como em R1, R9 e R10), o montante final recebido é significativamente maior, o que representa uma vantagem para as revistas.

Outro ponto de interesse de análise é que, mesmo as revistas que apresentam quantitativos substancialmente menores de artigos publicados (como em R7 e algumas estimativas de R4 e R8), o valor final recebido acaba sendo vultoso, o que confirma tratar-se de um modelo de negócio lucrativo para tais publicações. A Tabela 3 apresenta essas estimativas de maneira resumida:

Tabela 3

Estimativa de valor total recebido por revista mediante pagamento de Taxas de APC, em real e em dólar

Revista	Estimativa do valor total pago (R\$)	Estimativa do valor total pago (US\$)
R1	R\$ 17.109.627,00	\$3.130.430,35
R2	R\$ 1.670.195,24	\$305.808,89
R3	R\$ 5.499.467,78	\$1.006.371,06
R4	R\$ 1.399.017,60	\$255.794,69
R5	R\$ 1.815.253,32	\$332.321,98
R6	R\$ 4.469.480,12	\$818.009,20
R7	R\$ 62.008,96	\$11.356,63
R8	R\$ 594.006,29	\$108.764,59
R9	R\$ 3.111.970,00	\$569.703,30
R10	R\$ 404.031,00	\$73.911,55
TOTAL	R\$ 36.135.057,31	\$6.612.472,24

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2024). *[Descrição da tabela]* Tabela intitulada “Estimativa de valor total recebido por revista mediante pagamento de Taxas de APC, em real e em dólar”. Apresenta três colunas: a) REVISTA: identifica cada revista por um código (R1 a R10); b) Estimativa do valor total pago em reais: informa o valor total estimado, em reais, recebido pelas revistas por meio de Taxas de APC (Trinta e seis milhões, cento e trinta e cinco mil, cinquenta e sete reais e trinta e um centavos.); c) Estimativa do valor total pago em dólares: informa o valor total estimado, em dólares, recebido pelas revistas por meio de Taxas de APC. A última linha da tabela mostra a soma dos valores, indicando que, no total, as dez revistas analisadas receberam aproximadamente R\$ 36,1 milhões ou US\$ 6,6 milhões via pagamento de APCs. *[Fim da descrição]*.

Conforme demonstrado na Tabela 3, observa-se que, em todos os casos, ocorrem faturamentos em valores consideráveis, variando desde R\$ 62.000,00/\$11.356,63 (no caso de R7) até mais de R\$ 17.000,00/\$3.130.430,35 (no caso de R1). É importante ressaltar que as estimativas apresentadas não buscam calcular lucros, pois esse é

um conceito que demanda uma série de outras análises não abrangidas por este estudo. Fato é que todas as revistas analisadas obtiveram faturamentos oriundos da publicação de artigos científicos, o que reforça a visão de Weitzel (2022, p. 174) de que "o cenário atual do sistema de publicações científicas tem sido marcado pelo crescente controle e exploração econômica do acesso ao conhecimento científico".

Ademais, as estimativas aqui apresentadas somam-se às realizadas por outros autores com diferentes metodologias e corpus de pesquisa. Destaca-se a pesquisa de Haustein et al. (2024), que, ao analisarem conjuntos de dados abertos da Elsevier, Frontiers, MDPI, Plos, Wiley e Springer Nature, apontam para a estimativa de US\$ 8,349 bilhões recebidos no período de 2019 a 2023. Tais valores se tornam ainda mais dignos de atenção quando se soma à discussão o fato de as editoras não serem transparentes com a destinação dos recursos recebidos. O montante de recursos estimado recebido em apenas cinco anos é alarmante, mas pode ser explicado por alguns fatores, dentre os quais a quantidade de artigos que as editoras conseguem publicar em curtos períodos de tempo. Hoch e Menck (2024) abordam alguns dos fatores que alavancaram esse notório crescimento:

Algumas editoras menos escrupulosas foram rápidas em identificar o potencial econômico dessa mudança e turbinaram a produção de novas revistas científicas, claramente com interesses comerciais. Infraestruturas digitais foram criadas para facilitar e acelerar os procedimentos de submissão, revisão e aceite de artigos, desprezando parcial ou totalmente a crucial etapa de revisão por pares. Por exemplo, algumas revistas científicas (mesmo em editoras tradicionais) criaram capacidade para publicar mais de 10 mil artigos científicos de acesso aberto por ano, gerando lucros fantásticos para as editoras (Hock; Menck, 2024, n. p.).

Ainda que a ideia de democratizar o acesso à informação científica seja amplamente difundida, sabe-se que o acesso aberto em si não é gratuito (López-Cózar, 2015). Isso se deve ao fato de que grande parte da produção científica mundial é publicada em revistas científicas, que possuem custos operacionais para sua manutenção. Historicamente, reconhece-se que os custos reais envolvidos no processo editorial de um artigo científico – e, por extensão, na revista como um todo – são geralmente mantidos sob sigilo pelas editoras comerciais. Essas editoras utilizam o conhecimento restrito sobre os custos do processo editorial para determinar taxas elevadas, frequentemente superiores à inflação (Van Noorden, 2013).

Diante do exposto, as Taxas de APC emergem como um mecanismo para a manutenção da sustentabilidade das revistas. Embora tais taxas já sejam uma realidade, sua cobrança suscita questões acerca da equidade no acesso a tais canais de comunicação, especialmente para pesquisadores de países com menor poder aquisitivo ou instituições com recursos limitados (Khoo, 2019). Em sistemas de comunicação científica como o do Brasil, onde a ciência é majoritariamente financiada com recursos públicos do início ao fim, a cobrança de Taxas de APC é ainda mais problemática, tendo em vista que o Estado acaba pagando para ter acesso ou para publicar um produto que ele mesmo financiou (López-Cozar & Andrés Feenstra, 2022).

Em suma, os resultados do estudo demonstram uma preocupante e crescente mercantilização dos canais de comunicação científica, especialmente das revistas acadêmicas. A adaptação das editoras comerciais ao MAA por meio da cobrança de Taxas de APC parece ter sido a solução ideal, mas a maximização das desigualdades que pode ser causada por essa cobrança deve ser estudada com cautela, ainda mais considerando que a ciência deve ser entendida como um bem público. Portanto, é imprescindível que os sistemas que fomentam a pesquisa explorem outras soluções para a sustentabilidade das revistas. Adicionalmente, a pressão por publicação parece ter criado o cenário ideal para revistas com práticas editoriais pouco transparentes, o que sugere a necessidade de uma reformulação do processo de avaliação da pesquisa como um todo.

5 Discussões

Os resultados apresentados, em diálogo com o referencial teórico, evidenciam que as práticas editoriais predatórias estão entrelaçadas à dinâmica global da comunicação científica. Apesar de a pesquisa ter sido realizada com um número limitado de revistas, seguindo a abordagem metodológica de Andrade et al. (2023), os resultados obtidos são relevantes para a compreensão das receitas obtidas com Taxas de APC e de suas relações com padrões e tendências de publicação.

O Gráfico 1 demonstra a quantidade de artigos publicados pelas revistas a partir do ano de 1996. A discrepância observada entre os anos de início de publicação das revistas e os registros na OpenAlex sugere limitações na própria base de dados. Essas inconsistências podem estar relacionadas a erros de indexação ou até mesmo à atribuição equivocada de metadados a artigos que não pertencem às revistas analisadas. Ademais, é possível

que haja falhas nos próprios sítios eletrônicos das revistas, como a inserção incorreta dos anos de publicação ao preencher os metadados dos artigos.

Priem, Piwowar e Orr (2022) destacam que a OpenAlex ainda enfrenta desafios na análise, normalização e desambiguação de seus dados, reforçando que aprimorar esses aspectos deve ser uma de suas principais perspectivas futuras. Apesar das limitações mencionadas, optou-se por não excluir os dados discrepantes, uma vez que fazem parte do conjunto recuperado pela base e refletem, ainda que com possíveis distorções, a forma como essas revistas figuram na base. Esse aspecto reforça a necessidade de análises críticas, qualitativas e detalhadas ao utilizar bases de dados automatizadas e com grande volume de dados.

O Gráfico 2 possibilita a discussão acerca do modelo de negócio adotado. Todas as revistas analisadas apresentam um volume maior de artigos de autores estrangeiros em comparação com os artigos de autores brasileiros. Ao se considerar que os valores em dólares são superiores aos valores em reais, sugere-se que a orientação a esse público pode ser uma estratégia deliberada para maximizar o faturamento. Essa hipótese é corroborada por estudos similares, como o de Shen e Björk (2015).

Outro aspecto identificado é a ausência de políticas de isenção de Taxas de APCs em todas as revistas do estudo. Shen e Björk (2015) destacam que tais medidas constituem estratégias adotadas com o objetivo de facilitar a publicação de trabalhos por autores de países de baixa e média renda, ou de aqueles que não dispõem de financiamento institucional, sem a imposição de restrições econômicas, ou mediante descontos nas taxas cobradas. A ausência de tal política em todas as revistas sinaliza um cenário preocupante, indicando que a única forma de publicar nessas revistas é mediante o pagamento de Taxas de APC.

Esse cenário sugere que tais revistas operam com um modelo voltado predominantemente à obtenção de receita, sem uma preocupação explícita com a inclusão de pesquisadores menos favorecidos economicamente. A prática em questão tem sido indicada como uma característica de revistas potencialmente predatórias, que priorizam essencialmente a obtenção de receitas em detrimento de questões como equidade e integridade na publicação científica (Macháček & Srholec, 2022).

As tabelas 2 e 3 apresentam um panorama estimativo dos faturamentos das revistas, indicando cifras consideráveis para todas as revistas. A referida análise foi complementada por uma avaliação dos sítios eletrônicos das revistas, que demonstrou a ausência de dados ou informações que dizem respeito à destinação dos recursos arrecadados. A ausência de transparência quanto aos custos operacionais e à aplicação desses recursos impede uma avaliação precisa dos custos efetivamente envolvidos na publicação dos artigos e de uma eventual margem de lucro obtida pelas revistas.

Estudos como o de Van Noorden (2013) e López-Cozar e Martín-Martín (2024) discutem que a estratégia de editoras comerciais de manter os custos operacionais de suas publicações sob sigilo é uma estratégia deliberada e comum a essas editoras, pois ao ocultar os reais custos envolvidos é possível aplicar aumentos sucessivos nas taxas cobradas, o que lhes permite obter receitas sempre maiores. Esse modelo de precificação, em sua estrutura atual, é um dos fatores que dificultam a transparência no mercado editorial, o que compromete a capacidade tanto de autores quanto de instituições de avaliar a razoabilidade dos valores cobrados.

Ademais, outra perspectiva relevante para a discussão em pauta é a que aborda os motivos que levam pesquisadores ao redor do mundo a publicarem nessas revistas, mesmo diante das diversas problemáticas já abordadas neste estudo e em estudos similares, ainda que com diferentes abordagens e metodologias. Conforme apontado por Kurt (2018), fatores como a intensa pressão por publicação, o desconhecimento sobre más práticas editoriais e a falta de preparo para lidar com o processo científico contribuem para a proliferação dessas revistas.

No entanto, Frandsen (2022) sugere que, em certos casos, a decisão de publicar nessas revistas pode ser deliberada e intencional, inclusive por pesquisadores experientes e com carreiras consolidadas. Tal perspectiva indica que, enquanto alguns autores recorrem a essas revistas por desconhecimento de suas práticas, outros o fazem conscientemente como forma de inflar seu número de publicações. A ambiguidade mencionada reforça a complexidade e a delicadeza do tema, ensejando a necessidade de estratégias institucionais mais eficazes de conscientização sobre as práticas editoriais predatórias.

Em outra perspectiva, é relevante destacar que a questão não se fundamenta exclusivamente nas deliberações individuais dos pesquisadores. O ambiente acadêmico-científico, em muitos casos, também contribui para essa dinâmica ao estabelecer métricas avaliativas que priorizam o volume de publicações sem necessariamente considerar sua qualidade. Cortegiani et al. (2020) e Hoch e Menck (2024) discutem em seus trabalhos que

sistemas de avaliação que enfatizam indicadores quantitativos podem pressionar pesquisadores a buscar periódicos de menor rigor editorial para atender às exigências institucionais.

Diante do exposto, infere-se que o fenômeno das revistas com práticas editoriais predatórias está inserido em um cenário mais abrangente de mercantilização da comunicação científica, no qual interesses comerciais frequentemente se sobrepõem à integridade acadêmica (Weitzel, 2022). Os resultados apresentados demonstram que o modelo de cobrança de APCs adotado por essas revistas não apenas garante receitas substanciais, mas também afeta a dinâmica da produção e disseminação do conhecimento científico, impactando pesquisadores e instituições de diferentes maneiras.

6 Considerações finais

A mudança no *modus operandi* das revistas científicas no início dos anos 2000 impôs novos desafios à comunidade científica e editorial. A transição das revistas para o modelo de acesso aberto ocorreu de maneira gradual, gerando tensões no mercado editorial acadêmico-científico. Apesar do impacto positivo na democratização do acesso ao conhecimento científico, o modelo de acesso aberto impactou a rentabilidade das editoras comerciais. Em resposta a esse cenário, muitas dessas editoras reformularam seus modelos de negócio, adotando a cobrança de Taxas de Processamento de Artigos (APCs) como mecanismo de sustentação financeira.

Nesse contexto, a prática de cobrança de APCs se tornou comum no mercado científico, gerando receitas significativas para as revistas que adotaram esse modelo de negócio. Embora não seja possível generalizar que todas as revistas que cobram APCs adotam práticas questionáveis, estudos sobre revistas com indícios de práticas predatórias indicam que, em alguns casos, a ênfase na rentabilidade compromete a transparência, o rigor da avaliação por pares e a credibilidade científica.

Esse fenômeno pode exacerbar as desigualdades já existentes no cenário científico global, favorecendo a publicação em massa de artigos em detrimento da qualidade e da revisão por pares. A dependência do pagamento de APCs, sem políticas de isenção ou transparência sobre os processos editoriais, compromete a credibilidade da ciência e o próprio propósito das revistas científicas como veículos de disseminação e certificação do conhecimento científico.

O estudo em questão demonstra que as práticas editoriais predatórias não constituem um fenômeno isolado, mas refletem dinâmicas mais amplas da comunicação científica global. Questões concernentes à sustentabilidade das revistas, à integridade dos processos editoriais e à mercantilização da ciência devem ser debatidas de maneira aprofundada, considerando não apenas as consequências imediatas para autores e instituições, mas também os impactos sistêmicos sobre o desenvolvimento do conhecimento científico.

Os resultados apresentados demonstram que o modelo de cobrança de APCs pode representar uma fonte substancial de receitas para as revistas, ao mesmo tempo que influencia a dinâmica da produção acadêmica e a disseminação do conhecimento. No entanto, é importante reconhecer que as APCs, quando aplicadas de maneira transparente, podem desempenhar um papel legítimo na sustentabilidade financeira das revistas, especialmente aquelas independentes e/ou vinculadas a instituições acadêmicas sem fins lucrativos. É importante ressaltar que a questão central não está relacionada à cobrança em si, mas à falta de critérios e destinações claras para os recursos, bem como à adoção de práticas que priorizam o faturamento em detrimento da qualidade e da integridade das pesquisas publicadas.

Diante dos desafios a serem superados, a colaboração entre os indivíduos se faz necessária, considerando a estrutura organizacional da comunidade científica. Considerando que há mais de duas décadas o MAA revolucionou a forma como a ciência é comunicada e acessada, é razoável esperar que os estudiosos do tema contribuam ainda mais no sentido de propor soluções equitativas e justas para o acesso ao conhecimento científico, tendo sempre como premissa básica a ética na publicação, tão necessária para o ecossistema científico como um todo.

Este estudo reforça a necessidade de mais atenção por parte da comunidade científica no que diz respeito à identificação e mitigação de práticas editoriais predatórias. A criação de diretrizes mais rigorosas para a transparência editorial, em conjunto com políticas institucionais que valorizem a integridade científica em detrimento de métricas exclusivamente quantitativas, pode contribuir para a redução dos impactos negativos desse modelo de negócio. Espera-se que futuros estudos aprofundem a investigação desse fenômeno, ampliando

a compreensão sobre seus desdobramentos e propondo estratégias eficazes para preservar a credibilidade da produção científica global.

Referências

- Amorim, K. S. (2021). A comunicação científica em movimento: Das origens aos debates atuais. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, 15, Artigo e02103. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02103>
- Andrade, D. A. F., Campos, F. F., Sousa, J. A. G., Vilas Boas, R. F., Sena, P. M. B., Carvalho Segundo, W. L. R., & Amaro, B. (2023, Novembro 21-23). *Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias* [Sessão de Comunicação Oral]. ABEC Meeting 2023, Foz do Iguaçu, Brasil. <https://doi.org/10.21452/abecmeeting2023.196>
- Araújo, P. C., & Miguel, S. (2017). Motivações dos discentes do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para publicar em periódicos científicos no domínio do Direito. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22(1), 38-56. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2710>
- Budapest Open Access Initiative [BOAI]. (2002). *Budapest Open Access Initiative: The original Declaration and guidelines to make research free and available to anyone with internet access and promote advances in the sciences, medicine, and health*. <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>
- Bufrem, L. S. (2001). Complementaridade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação. *Transinformação*, 13(1), 1-7. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6446>
- Bufrem, L. S. (2021). Qualidade e quantidade como categorias indissociáveis de pesquisa. *Informação & Informação*, 26(4), 200-222. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p200>
- Butler, L.-A., Matthias, L., Simard, M.-A., Mongeon, P., & Haustein, S. (2023). The oligopoly's shift to open access: How the big five academic publishers profit from article processing charges. *Quantitative Science Studies*, 4(4), 778-799. https://doi.org/10.1162/qss_a_00272
- Canto, F. L. (2018). *Análise de citação de teses: Uma abordagem por área do conhecimento*. [Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186803>
- Cortegiani, A., Manca, A., Lalu, M., & Moher, D. (2020). Inclusion of predatory journals in Scopus is inflating scholars' metrics and advancing careers. *International Journal of Public Health*, 65, 3-4. <https://doi.org/10.1007/s00038-019-01318-w>
- Costa, E. H. S. (2018). *Periódicos de acesso aberto: Um canal de disseminação dos pesquisadores bolsistas PQ1A do CNPq?* [Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/977>
- Creswell, J. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (2ª ed.). Porto Alegre: ArtMed.
- Ferris, L. E.; & Winker, M. A. (2017). Ethical issues in publishing in predatory journals. *Biochemia Medica*, 3 (3), 15-27. <https://doi.org/10.11613/bm.2017.030>
- Fladung, R. (2007). *Scientific communication: Economic analysis of the eletronic journal market*. Ibidem-Verlag.
- Frandsen, T. F. (2022). Authors publishing repeatedly in predatory journals: An analysis of Scopus articles. *Learned Publishing*, 35(4), 598-604. <https://doi.org/10.1002/leap.1489>
- Guimarães, J. A. C., & Hayashi, M. C. P. I. (2023). Revistas predatórias: Um inimigo a ser combatido na comunicação científica. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 21, Artigo e023003. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671811>
- Haustein, S., Schares, E., Alperín, J. P., Hare, M., Butler, L.-A.; & Schönfelder, N. (2024, July 23). *Estimating global article processing charges paid to six publishers for open access between 2019 and 2023*. arXiv:2407.16551. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2407.16551>

- Have, H. T., & Gordijn, B. (2017). Publication ethics: Science versus commerce. *Medicine, Health Care and Philosophy*, 20, 159-161. <https://doi.org/10.1007/s11019-017-9774-1>
- Hernández Sampieri, R., Hernández Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2006). Metodologia de pesquisa (3ª ed.). McGraw-Hill.
- Hoch, N. C., & Menck, C. F. M. (2024, Março 12). Revistas predatórias e ciência de baixo impacto: Cortando o mal pela raiz. *Jornal da USP*. https://jornal.usp.br/artigos/revistas-predatorias-e-ciencia-de-baixo-impacto-cortando-o-mal-pela-raiz/?fbclid=IwAR1jLp0MSw-3cUHTK7TWWmrDkveXM8IZJpz_tqEYhtEI3jTfwjx0Y4H4HzE
- Khoo, S. Y.-S. (2019). Article Processing Charge Hyperinflation and Price Insensitivity: An Open Access Sequel to the Serials Crisis. *LIBER Quarterly: The Journal of the Association of European Research Libraries*, 29 (1), 1-18. <https://doi.org/10.18352/lq.10280>
- Kurt, S. (2018, January 18). Why do authors publish in predatory journals? *Learned Publishing*. <https://doi.org/10.1002/leap.1150>
- López-Cózar, E. D. (2015). Las revistas electrónicas en acceso abierto: Pasado, presente y futuro. *Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa*, 21(1), 1-15. <https://doi.org/10.7203/relieve.21.1.5005>
- López-Cózar, E. D., & Andrés Feenstra, R. (2022, Julho 11). *Pagar por publicar en revistas de acceso abierto: ¿Es oro todo lo que reluce?* The Conversation. <https://theconversation.com/pagar-por-publicar-en-revistas-de-acceso-abierto-es-oro-todo-lo-que-reluce-184950>
- López-Cózar, E. D., & Martín-Martín, A. (2024). La ruta de oro de la publicación científica: Del negocio de las revistas a las revistas negocio: La fuente del negocio editorial: El negocio bibliométrico de la evaluación científica. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 15(2), 1-45. <https://doi.org/10.14198/MEDCOM.26763>
- Macháček, V., & Srholec, M. (2022). Predatory publishing in Scopus: Evidence on cross-country differences. *Quantitative Science Studies*, 3 (3), 859-887. https://doi.org/10.1162/qss_a_00213
- Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Briquet de Lemos.
- Mueller, S. P. M. (2005). A publicação da ciência: Áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramaZero*, 6 (1). <https://cip.brapci.inf.br/download/3673>
- Mueller, S. P. M. (2006). A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, 35 (2), 27-38. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v35i2.1138>
- Oliveira, R. L. (2017). Órfãos de Jeffrey Beall: Revistas predatórias e outras iniciativas igualmente perniciosas para a pesquisa. *Ciência e Cultura*, 69 (4), 1-2. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000400002>
- Patrus, R., Dantas, D. C., & Shigaki, H. B. (2015). O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: Uma ameaça à solidariedade entre pares? *Cadernos EBAPE.br*, 13 (1), 1-18. <https://doi.org/10.1590/1679-39518866>
- Priem, J., Piwowar, H., & Orr, R. (2022). *OpenAlex: A fully-open index of scholarly works, authors, venues, institutions, and concepts*. [Preprint]. arXiv:2205.01833. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2205.01833>
- Reis, V. M. S., Videira, & A. A. P. (2013). John Ziman e a ciência pós-acadêmica: Consensibilidade, consensualidade e confiabilidade. *Scientiae Studia*, 11 (3), 583-611. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662013000300007>
- Santos-D'Amorim, K. (2021). A comunicação científica em movimento: Das origens aos debates atuais. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 15, e02103. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02103>
- Shen, C., & Björk, B.-C. (2015). 'Predatory' open access: A longitudinal study of article volumes and market characteristics. *BMC Medicine*, 13 (230), 1-15. <https://doi.org/10.1186/s12916-015-0469-2>
- Van Noorden, R. (2013). Open Access: The True Cost of Science Publishing. *Nature*, 495 (7442), 426-429. <https://doi.org/10.1038/495426a>

- Weitzel, S. R. (2022). As publicações científicas como fonte de renda econômica de editores comerciais: O acesso aberto solapado. In E. Príncipe, & S. M. Rode (Orgs.). *Comunicação científica aberta*. (pp. 173-188). Ibict. <https://doi.org/10.21452/ABEC.2022>
- Zhang, L., Cao, Z. Shang, Y., Sivertsen, G., & Yuang, Y. (2024). Missing institutions in OpenAlex: Possible reasons, implications, and solutions. *Scientometrics*, 129, 5869-5891. <https://doi.org/10.1007/s11192-023-04923-y>

Dados de Publicação

Phillipe de Freitas Campos

Bacharel em Biblioteconomia

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

phillipecampos@ibict.br

<https://orcid.org/0000-0002-7093-703X>

Bacharel em Biblioteconomia (2018) e Mestrando em Ciência da Informação (2023-) pela Universidade de Brasília. Atua como Bibliotecário e Pesquisador no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e na Secretaria Executiva da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (SE UNA SUS) em projetos relacionados ao Acesso Aberto, Ciência Aberta, Revistas Científicas e Repositórios Digitais. Principais temas de interesse: Bibliotecas e repositórios digitais; Revistas científicas; Movimento de Acesso Aberto à informação científica; Movimento de Ciência Aberta; Comunicação científica; Direito de acesso à informação.

João de Melo Maricato

Doutor em Ciência da Informação

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

jmmaricato@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9162-6866>

Docente na Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB) e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB (PPGCinf), onde orienta mestrados, doutorados e pós-doutorados. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. Atualmente, realiza um pós-doutorado na Universidade de Leiden, no Centre for Science and Technology Studies (CWTS), sob a supervisão do Prof. Dr. Rodrigo Costas. Também concluiu um pós-doutorado na Universidade de Brasília, sob a tutoria da Profa. Dra. Suzana Mueller. Sua trajetória acadêmica inclui Missões de Trabalho na Universidade da Califórnia e na Universidade de Leiden. Obteve o título de Doutor em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), sendo agraciado com o Prêmio Tese Destaque USP na área de Ciências Sociais Aplicadas. Sua formação inicial compreende um Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos. Entre suas atividades de gestão, foi Vice-diretor da Faculdade de Ciência da Informação e coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB. Além disso, exerceu a função de Editor da revista "Comunicação Informação" (UFG) e atualmente é Editor da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis). Participa como revisor em diversas revistas renomadas, incluindo "Scientometrics", "Journal of Scientometric Research", "Anales de Documentación", "Transinformação" e "Revista em Questão". Também atuou como avaliador ad hoc para a Editora da Universidade de São Paulo. Atualmente, é um dos líderes do Grupo de Pesquisa em Comunicação Científica da UnB e membro do Grupo de Pesquisa em Tecnologias para Construção de Observatórios do IBICT. Seu engajamento também abrange atividades anteriores como docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG, onde coordenou o curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Informação. Suas áreas de atuação incluem Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à produção, extração, tratamento e análise de dados; Comunicação e divulgação da ciência; Construção e análise de indicadores; Métodos e Técnicas Bibliométricas, Cientométricas e Alométricas; Estudo das relações entre Ciência e Tecnologia; Avaliação de Programas de Pós-Graduação; Estudos sobre interdisciplinaridade apoiados por indicadores; Indicadores de internacionalização da ciência; Cobertura de bases e fontes de dados bibliométricas e alométricas; Correlações entre indicadores bibliométricos e alométricos; e Relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Fábio Lorensi do Canto

Doutor em Ciência da Informação

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Biblioteca Universitária, Florianópolis (SC), Brasil

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

fabio.lc@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0002-8338-1931>

Doutor (2022) e Mestre (2018) em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Graduado em Biblioteconomia - Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2005) e Bacharel em Direito pela Faculdade CESUSC (2012). Atua como Bibliotecário/Documentalista na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e como professor substituto do Departamento de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É bolsista de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Endereço para correspondência do autor principal

Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Faculdade de Ciência da Informação

Originalidade

Declaro que o texto é original e não foi enviado para nenhuma outra publicação.

Preprint

Não se aplica.

Informações sobre o trabalho

Este artigo resulta de discussões e reflexões desenvolvidas na disciplina Estudos Métricos da Informação, cursada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB). O primeiro autor, Phillipe de Freitas Campos, é mestrando no referido programa e orientado pelo segundo autor, João de Melo Maricato. O terceiro autor, Fábio Lorensi do Canto, embora não possua vínculo formal com o PPGCINF/UnB, foi convidado a integrar o estudo em virtude da afinidade temática com a pesquisa em questão. Embora o tema do artigo dialogue com a área de pesquisa da dissertação de mestrado em andamento do primeiro autor, trata-se de um trabalho com abordagem, dados e objetivos próprios, não compondo diretamente a pesquisa em andamento. O estudo não está vinculado a projeto de pesquisa formal registrado institucionalmente.

Agradecimentos

Não se aplica.

Contribuição dos autores

Concepção e preparação do manuscrito: FF Campos, JM Maricato, FL Canto

Coleta de dados: FL Canto

Discussão dos resultados: FF Campos, JM Maricato, FL Canto

Revisão e aprovação: FF Campos, JM Maricato, FL Canto

Uso de inteligência artificial

Este artigo utilizou ferramentas de inteligência artificial generativa exclusivamente para fins de revisão e apoio redacional. O ChatGPT (modelo GPT-4, desenvolvido pela OpenAI) foi empregado para: (a) sugerir ajustes redacionais em trechos do texto; (b) elaborar notas explicativas das figuras e tabelas; (c) realizar a conversão de moedas mencionadas no corpo do trabalho; e (d) traduzir o resumo e as palavras-chave para o inglês. Além disso, a ferramenta DeepL Write foi utilizada para verificação linguística do texto em português, com foco na correção gramatical e na melhoria da fluidez textual. Todo o conteúdo gerado com o auxílio de inteligência artificial foi cuidadosamente revisado, validado e corrigido pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo conteúdo final do manuscrito. O uso de inteligência artificial está devidamente mencionado no resumo e na seção de métodos, em conformidade com as diretrizes da Revista Biblios. Todas as fontes citadas foram verificadas e estão corretamente referenciadas.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não pode ser disponibilizado publicamente. Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento com dados e resultados preliminares, aqui apresentados. Por esta razão, para este artigo, os dados não serão disponibilizados.

Licença de uso

Os autores concedem à Biblios direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e desenvolvam o trabalho publicado, dando os devidos créditos pela autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores estão autorizados a firmar acordos adicionais separados para distribuição não exclusiva da versão publicada do trabalho no periódico (por exemplo, publicação em um repositório institucional, em um site pessoal, publicação de uma tradução ou como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Editor

Publicado pelo Sistema de Bibliotecas Universitárias da Universidade de Pittsburgh. Responsabilidade compartilhada com universidades parceiras. As ideias expressas neste artigo são dos autores e não representam necessariamente as opiniões dos editores ou da universidade.

Editores

Lúcia da Silveira.

Histórico

Recebido: 01-08-2024 - Aprovado: 14-04-2025 - Publicado em: 03-02-2026



The articles in this journal are licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 United States License.



This journal is published by [Pitt Open Library Publishing](http://biblios.pitt.edu/).